

60 ANOS DE LEGALIDADE: COMO O JORNAL CORREIO DO SUL DEFENDEU SEU POSICIONAMENTO COM A PRODUÇÃO DE DISCURSOS SIMBÓLICOS DE PATRIOTISMO

60 YEARS OF LEGALITY: HOW THE NEWSPAPER CORREIO DO SUL DEFENDED ITS POSITIONING WITH THE PRODUCTION OF SYMBOLIC SPEECHES OF PATRIOTISM

60 AÑOS DE LEGALIDAD: CÓMO EL PERIÓDICO CORREIO DO SUL DEFENDIÓ SU POSICIÓN CON LA PRODUCCIÓN DE DISCURSOS SIMBÓLICOS SOBRE EL PATRIOTISMO

Marcelo Pimenta e Silva¹
Liziane Borges Fagundes²

Resumo

A crise política gerada com a renúncia do presidente Jânio Quadros completa 60 anos neste 2021. Este artigo volta-se para a análise da repercussão deste fato histórico sob a perspectiva de um jornal de uma cidade tradicional do interior do Rio Grande do Sul. Utilizando como fonte primária o jornal Correio do Sul, de Bagé, no interior gaúcho, pôde-se analisar os editoriais publicados pelo impresso acerca da ameaça à democracia com a tentativa de impedir que o vice-presidente, João Goulart, assumisse o posto vago. Mais do que verificar como o jornal abordou a chamada “Campanha da Legalidade”, busca-se, neste artigo, investigar e compreender como o Correio do Sul construiu, por meio de seu discurso, uma produção de representações simbólicas que referendavam a defesa de aspectos como a “Pátria”, a “Democracia” e a “Constituição”. A partir dessa constatação, pretende-se compreender por que o jornal trabalhou com esse discurso, tentando contextualizar seus interesses e propostas de produção simbólica que, naquele momento, apoiavam o ordenamento constitucional e a posse de João Goulart.

Palavras-chave: legalidade; democracia; pátria; constituição; imprensa.

Abstract

The political crisis generated with the resignation of President Jânio Quadros completes 60 years in 2021. This article analyzes the repercussions of this historical fact from the perspective of a newspaper from a traditional city in the countryside of Rio Grande do Sul. Using as a primary source the newspaper Correio do Sul, from Bagé, it was possible to analyze the editorials published by the press about the threat to democracy in an attempt to prevent the vice president, João Goulart, from assuming the vacant post. More than verifying how the newspaper approached the so-called “Campaign of Legality”, this article seeks to investigate and understand how Correio do Sul constructed, through its discourse, a production of symbolic representations that endorsed the defense of aspects as the “Homeland”, “Democracy” and the “Constitution”. Based on this observation, we intend to understand why the newspaper worked with this discourse, trying to contextualize its interests and proposals for symbolic production that, at that time, supported the constitutional order and the inauguration of João Goulart.

Keywords: legality; democracy; homeland; constitution; press.

Resumen

La crisis política generada por la renuncia del presidente Jânio Quadros completa 60 años en este 2021. Este artículo se interesa por el análisis de la repercusión de este hecho histórico desde la perspectiva de un periódico de una ciudad tradicional del interior de Rio Grande do Sul. Usando como fuente primaria el periódico Correio do Sul, de Bagé, en el interior riograndense, se pudieron analizar los editoriales publicados por ese medio

¹ Estudante do curso de Licenciatura em História. E-mail: marcelopimentaasilva@gmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

acerca de la amenaza a la democracia por el intento de impedir que el vicepresidente João Goulart asumiera la vacante. Más que verificar cómo el periódico abordó la llamada “Campaña de la Legalidad”, se busca, en este artículo, estudiar y comprender cómo el Correio do Sul construyó, por medio de su discurso, una producción de representaciones simbólicas que refrendaban la defensa de aspectos como “Patria”, “Democracia” y “Constitución”. A partir de esa constatación, se pretende comprender por qué el periódico trabajó con ese discurso, intentando contextualizar sus intereses y propuestas de producción simbólica que, en aquel momento, apoyaban el orden constitucional y la toma de posesión de João Goulart.

Palabras-clave: legalidad; democracia; patria; constitución; prensa.

1 Introdução

O movimento político ocorrido no Brasil na segunda metade do século XX, denominado como “Campanha da Legalidade”, é considerado por muitos estudiosos da história brasileira como um marco democrático no país. Em 2021, ao completar 60 anos, essa ação — que envolveu lideranças políticas, militares e sociedade civil e que buscou impedir a ideia arbitrária de parte das Forças Armadas e de setores políticos e conservadores do centro do país de romper com as normas constitucionais para que não fosse empossado o vice-presidente da República, João Goulart —, tornou-se um momento político-social de relevância para a democracia brasileira. Por isso, é interesse deste artigo analisar o processo de produção dessas informações no âmbito de uma das cidades mais antigas do Rio Grande do Sul, com importância política, econômica e militar para o estado e o Brasil. Assim, este estudo tem como enfoque uma análise sobre como a imprensa de Bagé abordava a crise política e produzia, a partir dessa abordagem, discursos comunicacionais sobre a tentativa de golpe que impedia a posse do então vice-presidente da República.

Portanto, o artigo tem uma proposta, como pesquisa, de analisar as representações sociais emitidas pela imprensa de Bagé acerca dos acontecimentos políticos que ocorreram entre o final de agosto e os primeiros dias de setembro de 1961. A pesquisa se justifica pela possibilidade de observação de como a imprensa, ao longo da história, produz discursos e cria representações sobre determinados fatos, a partir de um posicionamento ideológico ou econômico, transmitindo tais representações para criação de um universo simbólico próprio, em determinadas comunidades.

Como objeto de análise, foi escolhida a imprensa escrita — meio de comunicação de força em termos de credibilidade e relevância na formação de opinião pública para a sociedade do período, principalmente a interiorana. Mesmo que este meio de comunicação não conseguisse o alcance massivo do rádio, optou-se pelo jornal como objeto de análise porque permite identificar e verificar a produção textual do informativo, como uma fonte no contexto deste recorte histórico de tensa convulsão política brasileira.

Ao escolher um jornal impresso como objeto de análise, pode-se não apenas ter um dos inúmeros recortes e retratos da agitação social produzida por uma tentativa de golpe ao regime democrático, mas também tentar compreender como se dá a relação da imprensa com a comunidade em que o jornal está inserido, pois este é um instrumento formador de representações sociais para o seu público receptor, bem como para o contexto e o poder político. Assim, realizar pesquisa no campo da história, com enfoque metodológico sobre a imprensa, possibilita com a análise — neste caso, de um periódico de expressão menor —, também observar como era a inserção do veículo de comunicação e o seu próprio “poder” como difusor de opiniões junto a uma pequena cidade brasileira. Ou seja, tem-se um recorte de um diminuto espaço público da sociedade em um momento de elevada repercussão histórica no Brasil e no mundo. Afinal, em 1961, vivia-se a profunda contenda geopolítica da guerra fria entre Estados Unidos e a então União Soviética.

A opção por um veículo de comunicação como objeto de estudo para o campo da história pode fornecer pistas dessa relação com as camadas dominantes e também de como ele imprimia um poder ideológico sobre uma parcela de determinada comunidade, receptora dessas informações e opiniões. Dockhorn (2002) utiliza, em sua pesquisa sobre o regime ditatorial (1964-1985), a imprensa escrita porque ela, além de se relacionar a um determinado público-alvo, está livre das amarras de um controle mais “eficaz” do governo militar, isso porque veículos, como rádio e televisão, estariam sujeitos, para seu funcionamento legal, às concessões disponibilizadas pelo próprio governo.

A inexistência desse sistema na imprensa escrita concedeu uma “liberdade” maior a estes meios, contudo, procurou-se uma “compensação” com os variados instrumentos à disposição do governo, desde pressões econômicas e fiscais até a censura explícita (DOCKHORN, 2002, p. 10).

Ao pesquisar uma folha impressa em uma cidade do interior gaúcho, de zona fronteira e de forte tradição militar, que tem a sua economia voltada, principalmente, para a agropecuária, ampliam-se as possibilidades de identificar discursos que reiteram símbolos próprios, distintos de outras cidades que vivenciaram a Legalidade, por exemplo.

Para isso, neste artigo, serão analisados editoriais do jornal no período da crise política de 1961, pois o impresso, por ser um veículo de imprensa do interior, tinha como prática editorial dedicar sua capa como página que reproduzia material jornalístico de agências de notícias do centro do país e de jornais de Porto Alegre. Assim, o conteúdo editorial que possibilita uma análise metodológica acerca do posicionamento da folha sobre o contexto

político serão os editoriais publicados durante aquele final do mês de agosto e primeiros dias de setembro de 1961.

2 A crise política de 1961

O início dos anos 60 no Brasil refletia a forte radicalização ideológica do cenário internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a geopolítica internacional passou a ser redesenhada entre as principais potências econômicas e armamentistas do mundo. Isso ocorreu após a derrota da Alemanha nazista ante os países aliados, o que reorganizaria a política em dois blocos antagônicos: o dos países regidos pela ordem capitalista e os organizados pela ideologia comunista; seus principais expoentes eram os Estados Unidos e a União Soviética, respectivamente. Desse período, do final dos anos 40 até o começo dos anos 60, um fato desencadeou um recrudescimento na radicalização política entre esses dois blocos: a Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro, que obteve a queda do ditador Fulgêncio Batista, um mero fantoche do governo norte-americano na ilha da América Central. Essa iniciativa revolucionária fundamentou o desvio de seu discurso, de um então posicionamento nacionalista contra o imperialismo dos EUA sobre Cuba, para uma efetiva postura esquerdista que assumiria uma aliança com o regime soviético, após uma tentativa frustrada dos Estados Unidos de realizar uma operação clandestina de invasão no episódio da Baía dos Porcos, em abril de 1961. Assim, com a perda de um ponto estratégico para os Estados Unidos, para um movimento que subverteu sua política de dominação no continente americano, a denominada “Guerra Fria” ganhou um profundo contorno de disputa em diversos espaços territoriais do mundo. O embate entre as duas maiores nações reservava a obrigatoriedade de dominação política e econômica sobre países periféricos, sendo vital para os Estados Unidos, por exemplo, dentro de sua doutrina de segurança nacional, abafar qualquer nova revolta nacionalista que pudesse emergir, migrando para um novo regime esquerdista no continente.

A revolução ocorrida em Cuba referendou aos Estados Unidos a necessidade de legitimar na América Latina qualquer ação explícita ou clandestina de apoio a regimes anti-democráticos. Conforme Visentini e Pereira (2008), o presidente norte-americano John Kennedy (1961-1963), ao assumir o poder, implantou a chamada “Aliança para o Progresso”, que seria um programa de auxílio para reformas sociais em nações da América Latina. O objetivo era evitar que Cuba fosse uma influência para outros países periféricos. Muitos governos, naquele contexto, aproveitaram, conforme os autores, para tentar uma maior

abertura de recursos dos Estados Unidos a seus governos, criando um laço também de dependência respeito aos norte-americanos. Além dessa “invasão” de influência do capital na América Latina, os Estados Unidos também não deixariam de erguer sua pressão ideológica sobre setores conservadores e armamentistas dessas nações.

É nesse cenário de enfrentamento ideológico crescente nas nações sul-americanas, que Jânio Quadros é eleito no pleito de 1960. Com uma expressiva votação, Quadros tinha como figura representativa de sua campanha eleitoral uma “vassoura”; com ela, bradava que iria “varrer a corrupção no país”. Todavia, em um período histórico em que as campanhas presidenciais permitiam que a população escolhesse nomes e legendas diferentes para os cargos de presidente e vice-presidente, Jânio Quadros tinha como vice eleito, João Goulart, nome identificado com uma pauta mais nacionalista, com proximidade familiar ao então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e tido por setores conservadores como um nome simpatizante de ideias socialistas. Quadros foi escolhido pela população brasileira como novo mandatário, tendo um programa com propostas liberais na economia e proposições nacionalistas, com uma postura independente como nação. Representava o Partido Democrata Cristão, sem um porte de força em campanha nacional, mas contando com apoio de diversas frentes como o Partido Social Democrático; a União Democrática Nacional (UDN); o Partido Libertador (PL) e uma dissidência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (KONRAD; LAMEIRA, 2011).

O governo de poucos meses de Jânio Quadros angariou uma série de críticas de instituições e setores mais reacionários que o haviam apoiado no pleito do ano anterior, principalmente por atos como a condecoração ao revolucionário Che-Guevara, um dos principais atores na revolução cubana. Quadros também afirmava querer uma proposta mais independente em relação aos Estados Unidos. Com sua inesperada renúncia, no dia do soldado (25 de agosto), deixou uma carta com declaração ambígua como justificativa de seu ato. Jânio Quadros deveria estar no Rio Grande do Sul, cumprindo uma agenda política de alguns dias, porém a notícia divulgada naquela sexta-feira pegou de surpresa não só os gaúchos, mas todo o povo brasileiro.

Desta forma, em qualquer país com fortes instituições democráticas e sem um histórico de sucessivas tentativas de golpe, uma renúncia, por mais traumática para um projeto de governo, pode ser devidamente respeitada com base nos preceitos e normas de sua Constituição. Todavia, o Brasil historicamente sofrera diversas tentativas de golpe; várias bem sucedidas ao longo de seus 72 anos como República. Assim, quando foi concretizada e aceita a renúncia de Jânio Quadros, o nome de João Goulart era o mais previsível para

assumir o cargo vago. No entanto, além de estar em uma missão internacional na China, Goulart era mal visto pelos principais segmentos conservadores e de direita do Brasil. Nesse cenário, lideranças políticas e militares iniciaram uma postura de tentativa de impedir o rito democrático de que o vice-presidente eleito pudesse tomar posse. Tais representantes eram, em sua maioria, vinculados a partidos e postos políticos no centro do país, bem como comandantes militares de tais regiões. De imediato, o Rio Grande do Sul demarcou sua posição reivindicando o direito de Goulart a tomar posse, sendo acompanhado por políticos e militares de outros estados da região Sul. Entre as principais figuras, estava o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que encampou a chamada “Campanha da Legalidade”.

De acordo com Konrad e Lameira (2011), esse movimento político-social foi vitorioso pela união da mobilização popular, o apoio do III Exército, bem como de oficiais e demais militares de outras regiões do país que não concordavam com o impedimento de posse a João Goulart. Também apoiavam essa ação lideranças estaduais, como o governador de Goiás, Mauro Borges, além de Leonel Brizola, como homem de frente dessa mobilização pela legalidade.

No Rio Grande do Sul, aqueles que apoiaram o golpe, ou pelo menos que não se opuseram a ele, ficaram em relativo silêncio. Além da Rádio da Legalidade, organizada pelo Governo do estado, principal meio de comunicação entre a resistência, já que os ministros militares censuraram todas as outras formas de fazê-lo, milhares de pessoas se alistaram nos batalhões populares, chamados comitês da resistência democrática, e nas Brigadas da Legalidade (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p. 70).

Sobre a percepção de Brizola — de que uma tentativa de impedir a posse de Goulart por vias antidemocráticas, por parte de militares e políticos do centro do país —, era realidade, o jornalista gaúcho Flávio Tavares, que esteve presente como testemunha e repórter daqueles eventos da Campanha da Legalidade, informou a este autor, que o governador sugeriu, na ocasião, que o jornal Última Hora fizesse uma edição extra no domingo, 27 de agosto, denunciando o golpe. “Ele sabia que não contava com os dois grandes jornais dominicais daquela época, o Correio do Povo e o Diário de Notícias” (E SILVA, 2011, p. 12).

Ainda segundo Flávio Tavares, os veículos de comunicação foram instrumentos decisivos para a disseminação de informações que demonstravam os interesses golpistas contra a democracia naqueles dias.

[...] o papel da Última Hora foi decisivo, pois denuncia o golpe de Estado e convoca a população a resistir em nome da defesa da Constituição e da ordem. O jornal denunciou o delito, o crime que significava a decisão dos ministros militares de não permitir a posse do vice-presidente João Goulart. [...] Todos os jornalistas, até os

que vieram dos Estados Unidos e da Europa, voluntariamente abraçaram a causa da Legalidade. Queriam armas também, queriam lutar. Brizola foi o grande comandante naqueles dias e o rádio foi o grande instrumento de mobilização. A participação popular nos emocionava a todos nós e nos fazia participantes de tudo. [...] Brizola sabia que se o povo fosse informado sobre o que ocorria, poderia integrar-se à resistência. Mais do que tudo, Brizola soube tocar nos brios de todos nós gaúchos, apelando à nossa tradição de honradez e de independência (E SILVA, 2011, p. 12-13).

Contudo, por mais que a figura proeminente seja a de Brizola, com seus discursos nas transmissões de rádio e reportagens de jornais, Jakoby (2013) utiliza argumentação de Santos (2002) para defender que o governador só tomou a defesa da legalidade constitucional, após uma manifestação de cinco mil trabalhadores e estudantes no largo da Prefeitura de Porto Alegre. Nela, ficou decidida a formação de uma unidade operária e sindical; após tal acordo, as lideranças do ato manifestaram a Brizola a necessidade de assegurar o direito a posse do vice-presidente João Goulart.

3 O perfil do correio do sul

Assim como muitas cidades do interior brasileiro, o município de Bagé — na identificada região da Campanha do Rio Grande do Sul, na fronteira entre Brasil e Uruguai —, teve a história de sua imprensa escrita vinculada ao apogeu do jornalismo político-partidário, ainda no século XIX. Tais impressos tinham como enfoque, principalmente a partir do fim do Império, produzir discursos ideológicos em defesa das então nascentes bandeiras partidárias republicanas.

Nesse contexto, o trabalhador da imprensa escrita tinha muito mais um caráter de profissional opinativo do que um ator voltado à produção de informações para sua comunidade. Francisco Rüdiger (2003) aponta essa característica como um momento em que os jornalistas eram responsáveis por transmitir a doutrina dos partidos e buscar a direção, com esses discursos, da opinião pública. Com o objetivo de disseminar uma pauta partidária acima do interesse primordial da imprensa de informar, estes primeiros jornais do interior gaúcho foram, ao longo dos anos, passando de seu cunho artesanal para uma produção industrializada. Assim, vieram a atender às demandas da economia desses municípios, que passavam a ter um maior crescimento urbano. Ou seja, aquele posicionamento político-partidário assumido das folhas ganharia como “pauta” diária outras abordagens de conteúdo, tais como informações de economia, segurança, estrutura das cidades, cultura, entre outros assuntos. Uma mudança necessária, que resultará no jornal como empresa comercial, voltada para dois públicos: o “leitor consumidor” e o “empresário anunciante”, como ressalta

Tânia Regina de Luca (2011). Porém, é imperativo que se entenda que, por mais alteração na produção de conteúdo desses jornais, a questão discursiva das folhas, ou seja, a “identidade” delas na defesa de algumas “bandeiras”, se não eram mais explícitas, agora estavam subentendidas na formatação e produção de representações simbólicas em cada texto.

O jornal Correio do Sul, objeto deste artigo, é um exemplo disso. Ele nasceu em 20 de setembro de 1914, em uma cidade com forte vínculo à produção agropecuária que, no começo do século passado, era o principal segmento econômico do município. Também havia a figura do militar como um de seus principais atores sociais. Afinal, a cidade surgiu a partir de um acampamento militar em 1811 e possui, até os dias atuais, um grande efetivo de representantes do exército, com cinco unidades instaladas em Bagé. O Correio do Sul foi criado para ser uma folha oposicionista a outro jornal, O Dever, nascido na última década do século XIX e que tinha como bandeira a política republicana.

O Correio do Sul durou quase um século, com aprimoramento em sua estrutura; contava com uma oficina gráfica e modernizava seu acesso a anunciantes de empresas do município. Em 1961, era o único jornal impresso de Bagé e um dos principais do interior gaúcho.

4 O impresso e a legalidade

Naquele histórico dia 25 de agosto de 1961, a capa do jornal Correio do Sul destacava a vinda de Jânio Quadros à capital do Rio Grande do Sul; próxima à manchete, uma curiosa nota que ressaltava a manifestação do então ministro de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, ressaltando que havia sido muito proveitoso o seu encontro com Jânio Quadros para “o decidido apoio do Brasil à Cuba e à autodeterminação dos povos” (CORREIO DO SUL, 25 ago. 1961, capa). Todavia, no dia seguinte, já com a renúncia efetivada, o jornal bageense reproduzia as principais manchetes e notícias de jornais de grande circulação no Brasil e estado. O assunto principal: a renúncia de Jânio Quadros.

A folha publicaria seu primeiro editorial no dia 27, assinado pelo diretor do jornal, Valdemar Reis, o artigo *Dever Histórico*. Nele, o editor questionava as decisões de Jânio Quadros para renunciar e enfatizava que o ex-presidente deveria explicar o mais rápido possível as motivações para o ato que poderia, caso não fosse respeitada a Constituição, levar o país a uma guerra civil. No último parágrafo do texto, o editor ressaltava que João Goulart, assim que retornasse de sua viagem à China, deveria obter informações sobre essas motivações e assumir o cargo, apesar de ser uma “figura que nos merece as maiores

restrições, mas que indiscutivelmente é o presidente Constitucional do Brasil” (CORREIO DO SUL, 26 ago. 1961, p. 3). Tal trecho já demonstra o próprio posicionamento de que fosse obedecida a lei, mesmo que para isso assumisse alguém que não era visto de forma positiva pelo diário.

O que se identifica, ao pesquisar a forma como o jornal referendou sua posição sobre o fato, é que, no seus editoriais, os textos não destacaram a importância da figura de João Goulart como agente político a manter os rumos governamentais do país. Goulart era considerado por setores conservadores brasileiros e, neste caso, gaúchos, como uma liderança voltada a linhas ideológicas de esquerda. Esse pressuposto fica evidente na diminuição da figura dele nos posicionamentos do jornal. A obrigatoriedade da posse de João Goulart era defendida mais pelos conceitos subjetivos como o “amor à Pátria” e o “necessário amor à Constituição”, bem como pelo temor de um conflito entre brasileiros.

A ideia de retirar, do enfoque discursivo, a importância do político João Goulart, eleito para vice-presidente um ano antes, reiterando o discurso do jornal para dois campos simbólicos, como Democracia e Pátria, ficará evidente no segundo editorial do jornal analisado para este artigo. Em 29 de agosto, o texto *A ordem e a Constituição devem ser respeitadas* já deixa clara qual a defesa que será feita pelo impresso. No texto, repete-se por diversas vezes a necessidade de respeito ao que se estabelece como ordenamento legal pela Constituição, bem como se reforça sucessivamente a necessidade de salvar a Pátria de interesses de “inimigos internos e externos”, sem que o jornal ousasse nomeá-los, ou discutir quem poderiam ser esses “adversários” da democracia nacional que estavam influenciando para que lideranças do centro do país tentassem impedir a posse de João Goulart.

Os ditames da Constituição devem ser cumpridos à risca, quaisquer que sejam as circunstâncias, quaisquer que sejam as consequências. A Carta Magna que exprime a soberana vontade do povo, tem que ser respeitada, de vez que é a Lei Suprema que rege uma nação realmente democrática, como felizmente somos. Os conciliados secretos mantidos com finalidades escusas visando levar o país ao caos e à desordem, não podem ser tolerados. [...] A hora é de vigilância; a hora é de atenção extrema e de inteiro devotamento à integridade da Pátria, para evitarmos que nosso Brasil estremecido, para satisfação de seus inimigos internos e externos transforme-se num aglomerado humano onde não seja possível sobreviver. Mantenhamos todos, nesta emergência triste e confrangedora, a serenidade e a compostura que se requer de patriotas, de verdadeiros e sinceros patriotas que desejam a felicidade de seu país (CORREIO DO SUL, 29 ago. 1961, capa).

Fica explícito no trecho acima, extraído do editorial de 29 de agosto de 1961, que o jornal Correio do Sul utilizaria os dois elementos textuais “Constituição” e “Pátria” para posicionar-se como um instrumento não apenas informativo, mas opinativo, que elencava

esses dois aspectos como os mais importantes a serem defendidos pela população brasileira naquele contexto. Ao mesmo tempo, o impresso também reforça a noção de perigo eminente de um possível conflito civil, com o uso de expressões como “caos” e “desordem”.

O uso das expressões “Constituição” e “Pátria” — a primeira um documento escrito com normas, direitos e deveres legais para a sociedade brasileira e a outra uma palavra subjetiva muito empregada como justificativa para medidas repressoras por governos totalitários —, ambas em dualidade às referências de “caos” e “desordem”, representa a construção de formações discursivas em que se determina o processo de produção de sentidos, bem como a própria ideologia por trás de determinado discurso. Orlandi (2010) atesta que toda palavra integra sempre um discurso.

O discurso se constitui em sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (ORLANDI, 2010, p. 43).

Dessa forma, o diretor do jornal, por meio de seu editorial, não exprime apenas a posição da empresa acerca de um determinado fato, mas estabelece, por meio de seus discursos, uma representação ideológica mais forte do que a mera “opinião”: a sentença verdadeira e inquestionável sobre o que o público leitor deve compreender e reagir como determinante resposta sobre o fato. Exemplificando essa assertiva, pode-se verificar que as palavras ameaçadoras empregadas no referido editorial de 29 de agosto de 1961 são utilizadas para obterem como resposta as sensações de medo, pânico, insegurança e a necessidade da escolha por uma ação firme, forte e radical, em defesa de palavras como “Constituição” e “Pátria”.

Para poder analisar a produção discursiva de um jornal dentro de um contexto político e social de crise como a de 1961, precisa-se entender a concepção metodológica trabalhada por teóricos como Michel Foucault que, ao longo de sua trajetória, trouxe inovações para a compreensão da produção e efeitos dos discursos nas sociedades. Foucault (2012) buscará identificar por que certos enunciados eram construídos na formulação de um discurso. Enunciados, conforme o teórico, são a unidade elementar de um discurso. Esses enunciados integrariam discursos de indivíduos, expressos dentro de um jogo de relações de existência

desse ser. O enunciado está composto por um conjunto de signos que seria uma modalidade “[...] que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer jeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (FOUCAULT, 2012, p. 130). Ainda segundo Foucault (2012), deve-se entender que os enunciados não estão restritos a frases apenas, mas coexistem dentro de um contexto, relacionando-se com outros enunciados; proporcionam o seu entendimento apenas dentro de um conjunto específico de relações. No caso do jornal, enunciados específicos estarão presentes para a formação de um discurso que denotará a necessidade de apoio à causa da Legalidade.

Como o jornal utilizará uma posição de “vigilante da sociedade”, sua relação com leitores estará baseada na linguagem empregada pelo veículo de comunicação. Orlandi (2010) destaca que a linguagem é a sua condição de existência, visto ser a língua a condição material do discurso, e este, a condição material da ideologia. Em um momento de tensão nacional, existe muito mais do que a necessidade da manutenção da democracia, como alega o jornal em seus editoriais, mas, de forma velada, do próprio sistema econômico e social capitalista, do qual também é um instrumento de manutenção. Portanto, ao priorizar o sentido de “segurança” à defesa da Constituição e da Pátria, o jornal opera para que não se discuta o que de fato envolve a hipótese de ameaçar a posse de João Goulart, nem procura questionar quais os interesses que norteiam essa tentativa de burlar a lei republicana. A folha apenas defende a necessidade de manter sua posse para que não aumente a escalada de insegurança ao Brasil.

No dia seguinte, 30 de agosto de 1961, o jornal apresenta o seu editorial, sob o título *Forças da reação não conseguirão dobrar a vontade soberana e viril do povo gaúcho*. O primeiro parágrafo torna a justificar que, por mais questionável que seja a figura política do vice-presidente João Goulart, existe a necessidade de que ele assuma o cargo vago. Contudo, por duas vezes o artigo menciona João Goulart como um cidadão honrado, o que indica uma mudança argumentativa para a defesa da posse do político gaúcho. Deve-se compreender que, nesta data, o governador Leonel Brizola já havia iniciado suas manifestações por meio da imprensa e do rádio em Porto Alegre, alertando para a tentativa de um “golpe” e contando com o apoio de militares do III Exército para que fosse mantida a posse de João Goulart. Assim, as manifestações difundidas via rádio, pela chamada “Cadeia da Legalidade”, já eram múltiplas e apresentavam que, além de representantes políticos como Brizola e entidades vinculadas a trabalhadores, militares da região Sul apoiavam a posse de Goulart.

Essa nova abordagem discursiva fica explícita até mesmo no uso dos termos “golpe” e “ditadura”.

Não está em jogo, neste momento angustiante da vida nacional, a pessoa física do cidadão João Goulart; não estão em jogo, a capacidade do honrado vice-presidente da República para governar esta Nação; não estão em jogo, nesta hora constrangedora, as animosidades e as desavenças de caráter partidário. [...] A lei deve ser cumprida. A ordem e a harmonia entre os brasileiros deve ser mantida, e a Nação deve sem mais tardança retomar seu ritmo de trabalho para prosseguir em sua rota rumo aos seus destinos de país livre, onde a vontade de seu povo é soberana e onde o resultado dos seus pleitos eleitorais são respeitados e sua Constituição é cumprida à risca. [...] Os brasileiros do Rio Grande do Sul, com seus patrícios espalhados nessa imensidão do território nacional, estão atentos, estão vigilantes em guarda contra os traidores que urdem a formação de um governo de exceção para esmagar o país sob o facão de uma ditadura. O presidente constitucional do Brasil é o honrado cidadão Sr. João Goulart e deve ser empossado no cargo da Suprema Magistratura, pois assim se quer a vontade da Nação, através da lei que rege os destinos de país livre e democrático que somos (CORREIO DO SUL, 30 ago. 1961, capa).

Já no dia 31 de agosto de 1961, o editorial *Patriotismo e determinação do governo e do povo gaúcho esmagarão as pretensões dos inimigos do Brasil* vai além na chamada “defesa da Constituição e da Pátria”, pois “apresenta” qual o seu posicionamento enquanto empresa de notícias. No texto, o Correio do Sul é denominado como um órgão da imprensa gaúcha com décadas de lutas em prol da democracia, da lei e da nação. Por ter essa “tradição”, o jornal teria que assumir um posicionamento que refutasse a ameaça de “caos” e “anarquia”.

Neste momento crucial que está vivendo a pátria, o Correio do Sul, que sempre se bateu em favor dos ideais democráticos não poderia assumir outra orientação, senão esta que assumiu com determinação e patriotismo de manter-se firmemente na mesma posição em que se colocou desde seu aparecimento de órgão que defende a Lei, a Ordem e a Constituição. Não contam, neste instante histórico da nacionalidade, as divergências partidárias; não contam os desentendimentos pessoais; não contam distenções, nem animosidades de qualquer espécie, o que de fato conta na hora trágica e angustiante que estamos vivendo, é a integridade da pátria; é o bem estar dos brasileiros; é a Legalidade; é a preservação da ordem e da paz, para que os que vivem neste país possam continuar desempenhando pacífica, e normalmente, suas tarefas patrióticas auxiliando no engrandecimento e o progresso da maior nação da América Latina (CORREIO DO SUL, 31 ago. 1961, p. 5).

Com esse editorial, o jornal tomava para si o papel de “instrumento da democracia”, agente auto-intitulado como defensor da lei, da ordem e da Constituição. Definia para si um poder sobre a sociedade bageense, de vigilante dos preceitos patrióticos que estavam ameaçados e que trariam ao Brasil um cenário de “caos”; usou até mesmo o termo “anarquia” de forma pejorativa para destacar como vital a posse de João Goulart, mas, novamente, não pela sua importância como representante eleito e, sim, para que se conseguisse a ordem,

para que os brasileiros pudessem desempenhar “em paz” suas tarefas “patrióticas”, auxiliando no “engrandecimento” e no “progresso”. Enfim, o texto retorna ao cenário de perigo para toda a comunidade bageense, publicando termos como “patriotismo”, “progresso” e “ordem” como os mais importantes para aderirem à ideia da necessidade de que o vice-presidente assumisse o cargo vago. Novamente, não se diz quem as faz e quais as justificativas para serem feitas essas ameaças ao povo brasileiro, ao não quererem que Goulart assumisse a presidência. O que mais se comprova na menção subjetiva ao vice-presidente é que o nome do político gera divergências, mas que sua posse deve ser aceita, acima de tudo.

Outro ponto que pode ser evidenciado na análise desse editorial está na auto-proclamação do jornal como um instrumento regulador e mantenedor da democracia e da ordem em Bagé. Compreende-se, com este posicionamento, que os editoriais publicados no Correio do Sul funcionam também como estratégia discursiva que tem o interesse de consolidar uma relação de poder, entre o jornal e a comunidade que o lê. Essa relação é manifestada com o pressuposto de que o impresso é um instrumento que mantém a “normalidade” e a “ordem” na comunidade; é a “voz” que também aponta as angústias de uma sociedade. No entanto, dentro desse discurso há a intencionalidade de uma mensagem afirmativa que age como força disciplinar e busca o convencimento e apoio da população para os interesses da empresa jornalística. É referendando sua trajetória histórica vinculada à “tradição” e sua força em um momento de crise política que, ao empregar o discurso textual de artigos e editoriais, galvaniza para si um poder ideológico de controle da comunidade onde está inserido enquanto jornal.

Essa constante publicização da crise; a identificação dos “inimigos”, mesmo que não estejam às claras, nem sejam analisados os reais interesses políticos e econômicos que almejam o impedimento da posse de João Goulart, o Correio do Sul produz formações discursivas que denotam um país prestes ao terror. Portanto, é necessário que as figuras de uma comunidade, em especial homens, trabalhadores, católicos e chefes de família, tenham um posicionamento ordenado pelo que o jornal expressa como ideal, sem o questionamento do que está por trás dos interesses políticos naquele momento no Brasil. A adesão à democracia não é embasada porque é o sistema ideal para uma sociedade, e as normas legais reforçam que João Goulart, como vice-presidente, deve assumir o lugar deixado por Jânio Quadros. É apenas a necessidade de que se aceite tal condição para que o país prossiga em sua rota de “ordem” e “progresso”, neste caso dentro de uma lógica capitalista em que o jornal é uma empresa com interesses específicos e financeiros. O Correio do Sul empregará o discurso ideológico de defesa da pátria, principalmente para reforçar seu discurso sub-entendido

mercantilista, em que determinado governo só é legítimo, caso naquele contexto histórico, possa favorecer seus interesses capitais.

Por sua vez, no dia 1º de setembro, o jornal indica, de forma mais aberta, a “identidade” de sua ideologia, apresentando, no editorial *Correio do Sul e os acontecimentos que estão se desenrolando no momento*, a linha adotada pela empresa na observação dos fatos que repercutiam nacionalmente deste o dia 25 de agosto. Com a ênfase de que a folha, desde a sua origem, está “atenta aos supremos interesses da pátria”, o editorial destacava aos leitores que sua administração é fundada e voltada para os bageenses e, portanto, faz questão de ressaltar sua orientação local, abordando “[...] assuntos que dizem de perto com nosso município e com nossa cidade, assuntos enfim, que digam a respeito ao progresso e à expansão econômica e social da comunidade bageense (CORREIO DO SUL, 1 set. 1961, p. 3). Nesse trecho há a principal assertiva de que os princípios que norteiam a defesa da legalidade estão direcionados ao cerne econômico, e não à defesa política da figura de João Goulart ou à própria ilegalidade que seria impedir sua posse. Em outro momento do texto, o editorial refere-se sobre quais bandeiras partidárias estão fincadas em sua proposta como folha informativa: Partido Libertador e União Democrática Nacional (UDN).

Não obstante estar constituída a empresa proprietária desta folha, duma maioria, cotistas que integram as hostes da prestigiosa e tradicional agremiação política nacional que é o Partido Libertador e, um número considerável de outros dos nossos cotistas sejam elementos que pertencem ao grande partido que é a União Democrática Nacional, incluindo-se ainda outros apartidários, a orientação que decidiram imprimir a este jornal através de sua administração atual, é a de órgão eminentemente dedicado aos interesses locais, sem quaisquer restrições de sentido partidário, sem perder, no entanto, suas características fundamentais de órgão de opinião apontando os desmandes, as arbitrariedades e as falhas das administrações (CORREIO DO SUL, 1 set. 1961, p. 3).

Ressalta-se que o Partido Libertador (PL), em suas duas fases de existência (1928-1937 e 1945-1965), tinha como principais defesas ideológicas o sistema parlamentarista de governo e o federalismo. Com força maior no Rio Grande do Sul, principalmente pela representatividade de lideranças políticas como Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla, era oposição ao trabalhismo de Getúlio Vargas e, no começo dos anos 60, fazia profunda oposição ao governador Leonel Brizola, como aponta Paulo Roberto Taufer, em dissertação de mestrado (2008). Na Assembleia gaúcha, tinha como principal voz o futuro ministro do Superior Tribunal de Justiça, o bageense Paulo Brossard, na época deputado estadual.

Com o acirramento da discussão nacional sobre qual a saída para que João Goulart pudesse tomar posse no cargo de presidente, sem que houvesse um maior acirramento com chances a um conflito civil, o PL foi um dos partidos preponderantes na sugestão de um “pacto nacional” que implementasse o sistema parlamentarista, possibilitando que Jango assumisse, mas esvaziando seus poderes eleitos em um regime presidencialista. Taufer (2008) reitera que, nesse contexto, os embates no Legislativo gaúcho ganharam maior força no debate entre o PTB de Brizola, em que o governador ganhava projeção nacional como liderança, e o PL. Este último, conforme o autor, deu maior ênfase aos discursos ideológicos que criticavam Brizola, Goulart e o PTB de quererem fomentar a agitação social a fim de implantar uma revolução que levasse o país a um regime totalitário de cunho comunista. “[...] Da mesma forma, há uma defesa do regime democrático liberal, em que o PL buscava em suas origens maragatas e na luta pela liberdade, pela democracia, e contra a tirania as justificativas da sua ação política” (TAUFER, 2008, p. 163). Ou seja, João Goulart poderia assumir a presidência, desde que em um regime de cunho parlamentarista. O que se supõe diminuiria o poder do então vice-presidente para a continuidade do mandato até 1964 e da própria figura de Brizola, pois em 1962 haveria nova eleição estadual. Taufer (2008) afirma também que muita da força do PL estava em bases específicas no interior do Rio Grande do Sul, incluindo-se o Pampa. Nesse período que precede a campanha da Legalidade, Taufer (2008) reitera que o PL ampliou uma oposição sistemática ao governo de Brizola, principalmente por encararem como “ataques” à política do governador perante o setor primário e aos produtores rurais pela sua proposta de reforma agrária.

Já o outro componente ideológico-partidário assumido no editorial do Correio do Sul é descrito pela inserção, na empresa, de atores vinculados à União Democrática Nacional. Movimento — e depois partido —, que surgiu em 1945 tendo como base uma profunda oposição a Getúlio Vargas; tinha como figura principal, em 1961, o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Benevides (1981) descreve que, ao longo do tempo, o partido ficaria marcado pela sua vinculação com os militares, apoiando o golpe civil-militar de 1964 e as aspirações da chamada “classe média urbana”. Defendia, conforme a autora, o liberalismo clássico, o bacharelismo e o moralismo, opondo-se a todos os tipos de “populismos”.

Se o editorial tem esse caráter de afirmar que, acima dos interesses dessas duas agremiações partidárias, está o interesse pela democracia e pela segurança da pátria, não há menção aos nomes do governador Brizola e de João Goulart, mantendo que o posicionamento da folha está na manutenção da democracia que elegeu Jânio Quadros, visto que ambas as

correntes partidárias em que o Correio do Sul baseia, com maior participação, o seu discurso, foram apoiadoras do presidente eleito em 1960. Nos dias seguintes, o impresso continuará defendendo que os brasileiros, gaúchos e bageenses impeçam a tentativa de golpe que, segundo as notícias do jornal, tinha como um dos principais autores Carlos Lacerda, o que era contraditório devido ao apoio às causas udenistas da direção do Correio do Sul. Nos dias 2 e 3, o jornal publicará um editorial em que nomeará todos os seus trabalhadores que também apoiam a Legalidade, referendando, assim, que toda empresa jornalística está unida.

Também no dia 3 de setembro, o editorial do jornal acusa o programa de rádio *A Voz do Brasil* de estar divulgando informações mentirosas para gerar mais tumulto à sociedade brasileira. Com o título *Voz do Brasil irradia infames calúnias*, o texto criticava as notícias divulgadas pelo programa radiofônico que, segundo o editorial, apontavam para as ideias “golpistas” de lideranças, como os militares do centro do país e, em especial, o governador Carlos Lacerda. O editorial indicava que as acusações de que o movimento da Legalidade tinha um caráter comunista serviam para que fossem fomentadas mentiras para retirar a credibilidade da mobilização que tinha como enfoque principal, conforme o texto, “prestigiar a lei, a preservação da Constituição e das liberdades públicas” (CORREIO DO SUL, 3 set. 1961, capa). O editorial ainda elencava que toda a população de Bagé estava apoiando a Legalidade.

Em Bagé, particularmente, este sadio movimento de brasilidade e real patriotismo, abrange toda a população, representada por médicos, advogados engenheiros, professores, intelectuais, sacerdotes, trabalhadores e homens do campo, formando um bloco compacto ao lado dos que se alistaram nas fileiras da resistência ao golpe e à desordem. [...] Mas os sequazes de Lacerda, no Rio de Janeiro, através da famigerada emissão radiofônica denominada impropriamente *Voz do Brasil*, teimam em afirmar que o glorioso estado farroupilha está convulsionado por uma rebelião comunista que é preciso sufocar. Sabem eles, que estão conosco, os patriotas do sul do país, às mais altas expressões do Clero brasileiro; às mais destacadas figuras da Magistratura, do Parlamento, das profissões liberais e das classes conservadoras do Brasil meridional, setentrional e central, mas timbram em omitir esse detalhe para mistificar os outros patrícios nossos que se esparramam pelas demais regiões de nossa estremecida pátria, para justificar a revide que querem tomar contra o sul democrático, ordeiro e amigo da paz (CORREIO DO SUL, 3 set. 1961, capa).

O Correio do Sul, neste editorial, além de rebater o que acusam ser uma tentativa de enganar os brasileiros com o discurso de que a Legalidade tinha uma conotação “comunista”, também afirma que a população, como um todo, está apoiando a causa pelo sentido de defesa da pátria. Refere-se à cidade de Bagé, como um município que está completamente unido à causa e diz que tal posição é a mesma de diversos setores da

sociedade nacional, como a dos poderes instituídos pela Constituição, a Igreja, e demais setores conservadores.

5 Produção discursiva para garantia econômica

A legitimação do jornal como um “organismo” atuante, associado a poderes legais, religiosos e setores da sociedade que representam a moral, a civilidade e o progresso, é uma forma de estabelecer-se como produtor de representações simbólicas, um ente superior na comunidade onde está inserido. Legitimado esse poder, o jornal pode ser visualizado tal como Cardoso (2012) esclarece, acerca de uma organização em que seus membros (proprietário, cotistas, direção e empregados) sabem como ela opera dentro de um sistema capitalista. O jornal, portanto, tem a obrigação de justificar a particularidade de representar poderes na sociedade, consolidando todo um sistema de representações jurídicas e morais, decorrentes de crenças e doutrinas, que são admitidas em uma comunidade. É importante salientar que, neste estudo, utiliza-se o conceito de representações sociais pela ótica teórica de Jodelet (2002) que, no campo da psicologia social, são elementos cognitivos, como imagens, ideias, conceitos, discursos que nunca podem ser reduzidas a um mero componente de cognição; são instrumentos que, quando compartilhados, consolidam uma realidade comum. Sendo assim, neste caso, as representações destacam elementos textuais como o sentimento de devoção à Pátria, à democracia e à Constituição; reforçam o conceito de união e solidariedade em torno de uma causa: a “Legalidade”, mas são, na verdade, sustentáculo de uma relação de poder entre governantes e governados.

Por meio dos editoriais, o jornal Correio do Sul concede ao contexto da crise política, um papel de manter sua “tradição” de mais de 40 anos em defesa da democracia, utilizando a perspectiva de que não tem outro interesse, a não ser esse: o de lutar pelo bem da sociedade em que funciona como empresa. Porém, ao propagar um sentido de dualidade entre quem defende a campanha da Legalidade e quem não desejava a posse de João Goulart, o impresso ressignifica o poder de coação a seus leitores (comunidade bageense), sendo a própria empresa jornalística também coagida a fazer esse papel naquele momento histórico. Cardoso (2012) aponta que a coação, seja ela material ou simbólica, consciente ou não, explicita a importância do capital nas formas de regulação da sociedade.

O poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância, já que tal poder não é o atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação. Se as personagens em presença (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) nada tiverem a trocar, não

poderão entrar em uma relação de poder, isto é, uma relação de força de que não é possível para qualquer das partes em presença retirar-se, mas na qual ninguém pode estar totalmente privado, pois, se assim fosse, teríamos saído da esfera propriamente política. Se o poder não é somente dominação, mas também troca, depende igualmente de uma crença partilhada na autoridade. Quem dá uma ordem acredita ter o poder e o direito de ordenar, fazer, comandar; e quem recebe a ordem acredita ser seu dever obedecer, porque a socialização interioriza nos atores intervenientes um dado tipo de valores que produzem aceitação pelo menos relativa de um modo de vida em sociedade que inclui o seu sistema político, seja ele qual for (CARDOSO, 2012, p. 41-42).

No caso do objeto de análise deste artigo, o jornal Correio do Sul atua como um instrumento de poder sobre a sociedade em que está inserido, porém também é fruto de uma relação de poder com os atores que exercem influência sobre sua posição enquanto empresa de notícias. Ao reforçar seu caráter de órgão que “luta há décadas” pela democracia, o jornal emprega um discurso que o distingue de qualquer outra voz que, naquele contexto de crise política e social, é identificada como “golpista” ou “inimiga da pátria e da democracia”. Ao usar em abundância, em seus textos que refletem a posição da empresa após a renúncia de Jânio Quadros, os termos “Pátria”, “Democracia” e “Constituição”, o impresso cria representações simbólicas que a defesa de tais aspectos referendam o necessário apoio de toda a comunidade para que se mantenha a “ordem” e o “progresso”.

Ou seja, o jornal convoca a comunidade a compartilhar de seu mesmo “ideal” de ação como resposta a um fato, delegando a si o poder de tomar decisões e medidas que sejam as únicas aceitáveis para a comunidade. Essa representação ganha mais peso quando, em editorial, o jornal declara que toda “a população” de Bagé está apoiando a causa da legalidade, sendo uma massa de leitores/receptores/atores sociais das mais distintas classes empenhadas na defesa dos ritos da Constituição.

Fica evidente que o jornal não tinha como comprovar essa adesão maciça da população do município à questão da Legalidade, mas era importante frisar esse sentimento como uma forma de exercer poder em prol dessa ideia. Foucault (2007) argumenta que o poder pode ser exercido pelas vias discursivas que existem nas micro-relações na sociedade. Dessa forma, o discurso fundamenta mecanismos de sujeição. O jornal sofre influência das relações de poder estabelecidas pela comunidade onde opera. Assim, seus interesses econômicos servem para pautar o interesse político de uma determinada ação sobre a comunidade em que circula. Os editoriais utilizam postulados discursivos que são determinados como verdades, mas de fato, são posicionamentos de uma empresa que entende a necessidade de articular sua produção de sentidos conforme o capital.

Essa abordagem marxista de dimensionar os interesses de classes como forma de observar a histórica relação entre dominantes e dominados, serve para entender a concepção do jornal como produto que versa a manutenção de um modelo de status quo, apontado nesse microcosmo de uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul. Fontoura (2016), ao abordar os pressupostos de Karl Marx e seu materialismo histórico, reforça que a “[...] economia, ou seja, a infraestrutura, é o elemento determinante da política. Legislação e cultura, seriam dentre outros elementos da sociedade, a superestrutura” (FONTOURA, 2016, p. 188).

Dessa forma, o jornal, acima de tudo, precisa que o sistema capitalista que o mantém vivo, continue funcionando em profunda harmonia; o impresso como produto, precisa manter-se em circulação, portanto, é necessário que respalde as ideias de seus cotistas e das empresas que publicam anúncios na folha. Assim, a produção discursiva do jornal defende, neste contexto histórico, a manutenção do sistema e dos interesses que são ventilados pelas lideranças acima da direção da folha, e uma intrínseca relação de poder entre as lideranças econômicas da cidade de Bagé sobre a empresa jornalística que, por si só, também estabelece uma relação de poder, como órgão informativo, sobre quem consome o produto, a comunidade local.

Essa forma de produzir dominação, controle e poder por meio do elemento discursivo está impregnada de conteúdos simbólicos; estes irão repercutir com um conjunto de representações sociais, tanto na esfera pública quanto privada. Jovchelovitch (2000) afirma que esses conteúdos em formato de artigos e editoriais acabam por ter o resultado de interferência no imaginário social.

Assim, a chamada “opinião pública”, conforme a autora, é moldada e construída para que se defendam, neste caso, as normas legais da Constituição, que demandam que o vice-presidente assuma o cargo de chefe do Executivo federal, muito mais do que a própria necessidade de se respeitar a figura de João Goulart e debater os motivos pelos quais forças do centro do país não o querem na presidência, a ponto de que “a saída” legal seja a implementação do parlamentarismo como alternativa naquele contexto. Por isso, o jornal irá trabalhar com uma espécie de produção de “certezas”, segundo as quais defender a posse é garantir a proteção à Pátria e à democracia, mesmos elementos discursivos que servirão em abril de 1964, pouco mais de dois anos depois da crise da Legalidade, para o jornal, agora, apoiar a saída de João Goulart. Medida publicizada porque também é importante referendar esse posicionamento para resguardar democraticamente o país e manter a ordem e o progresso.

O fato é que o Correio do Sul manteve seu posicionamento no que se refere à concepção própria do que seria democracia. Por mais absurda que fosse a ideia de aceitar uma ruptura na Constituição, tal pensamento teria vez pouco tempo depois. Dessa forma, se o questionamento é sobre como um veículo de comunicação denuncia um golpe em 1961 e brada pela necessidade de resguardar a Constituição e a democracia e, poucos anos depois, legitima a queda do mesmo político, João Goulart, em 1964, tal indagação pode ser respondida pela afirmação de que o jornal, produto de uma empresa de comunicação, com atores com posicionamento político definido, tem como principal “ideologia” a necessidade de garantias de preservação econômica. Por isso, a argumentação de proteção à Pátria será sempre usada. É um arcabouço subjetivo com o qual o jornal defende seus interesses econômicos para transmitir uma identidade benéfica à maior gama de indivíduos em uma sociedade. Afinal, qual espectro mais amplo para atingir os receptores do que a ideia de pátria?

Patrick Charaudeau (2006) atenta que as mídias de informação agem em uma dupla lógica: a econômica e a simbólica. Essa observação, conforme o autor, é constituída de forma empírica, mas pode ser aplicada quando se verifica o comportamento de um jornal como o Correio do Sul. A primeira lógica, a econômica, estrutura uma condição para que todo organismo comunicativo aja sempre como uma empresa. O Correio do Sul fabrica um produto (o impresso) que ocupa um lugar no mercado de troca de bens de consumo; em 1961 era um bem identificado como valioso veículo informativo e delega uma imagem elitista de formador de opinião apenas para os poucos que o consomem. Esse apontamento é válido se levarmos em conta que há 60 anos, em uma pequena cidade brasileira, o número de analfabetos ou pouco letrados era bem maior do que nos dias atuais.

Já a segunda lógica é decorrência dessa primeira. O jornal interfere na comunidade em que circula pela via simbólica. Charaudeau (2006) explica que todo organismo que trabalha com informação tem por vocação participar da opinião pública. Por meio de aspectos que o credenciam como agente que detém esse poder de transmitir informações, a produção de representações simbólicas altera muitas vezes a recepção, a compreensão e o posicionamento de quem recebe tais discursos.

[...] A escrita desempenha o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera. Essas características próprias ao dispositivo da imprensa permitem compreender porque essa mídia, universo por excelência do legível, é particularmente eficaz; por um lado, nas análises e comentários, nos editoriais, nas tribunas e reflexões, nas crônicas, em tudo que aprofunda a informação, que a coloca em perspectiva e que

indaga sobre as prováveis consequências dos acontecimentos [...] (CHARAUDEAU, 2006, p. 113-114).

É a velha noção divulgada de credibilidade do impresso: a palavra escrita tem muito mais força pela sua preservação documental — fator que permite análises e estudos como este, contando como objeto a folha impressa há mais de meio século.

6 Considerações finais

Ao utilizar o jornal *Correio do Sul* como objeto de pesquisa no campo da história foi possível ir além do interesse de verificar o veículo de comunicação abordando os fatos da chamada “Campanha da Legalidade”, sob a perspectiva de um município do interior do Rio Grande do Sul, estado que foi um dos principais “palcos” para o desenrolar da crise entre agosto e setembro de 1961. Como a escrita é mais do que o fruto de seu tempo, pode-se asseverar que o *Correio do Sul* trabalhou acerca da “Legalidade” sob diversos prismas e influências, que provocaram determinado tipo de posicionamento.

Se foi aventada a necessidade de que o jornal publicizasse sua bandeira “ideológica” atrelada apenas aos aspectos da Pátria, da Constituição e da democracia, percebe-se que há um interesse mais forte que modela essa ação discursiva. É a influência econômica, diagnosticada pela dependência de uma empresa comercial dentro de uma comunidade, onde os principais atores e lideranças que moldam a “opinião pública” são produtores rurais, militares, religiosos e empresários. É o “contrato social” do jornal com esses atores que é a principal causa da postura do jornal de, naquele contexto, apoiar a Legalidade e não a figura de João Goulart. Isso porque era vital que se mantivesse a “ordem” constitucional daquele cenário no Brasil, para que o próprio jornal não fosse afetado economicamente. Além disso, o impresso está inserido em uma sociedade com expressiva influência militar, haja vista a vasta presença de representantes do exército na comunidade de Bagé. Além disso, o *Correio do Sul* produz em seus editoriais a obrigatoriedade de lutar pela democracia que garantirá a “ordem” e o “progresso”, preceitos difundidos com força pelo pensamento positivista.

E Silva e Brignol (20012) descrevem, ao analisar o mesmo jornal, porém durante a posse de Emílio Garrastazu Médici, em 1969, que o impresso trabalharia seu discurso sob o prisma positivista de que o progresso está baseado na ideia de desenvolvimento ordenado da sociedade; qualquer ação contrária a essa meta é uma ação prejudicial, desarmônica com esse projeto. Os autores reforçam que a filosofia positivista defendia uma república centrada no poder único, modelo único para alcançar a estabilidade social, a ordem e o ajustamento do

cidadão à sociedade. Enfim, para um jornal nascido em 1914, atrelado à uma comunidade com muita força política de militares, também influenciados pelo positivismo, e demais setores conservadores, o Correio do Sul não trabalharia pela questão legal da democracia que estava em jogo naquele ano de 1961, mas, principalmente, para atender a mesma posição que o próprio exército, através do III Exército, também apregoava.

Referências

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 51).

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIO DO SUL. 25 ago. 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

CORREIO DO SUL. 26 ago. 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

CORREIO DO SUL. Dever histórico. 27 ago 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

CORREIO DO SUL. A ordem e a Constituição devem ser respeitadas. 29 ago. 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

CORREIO DO SUL. Forças da reação não conseguirão dobrar a vontade soberana e viril do povo gaúcho. 30 ago. 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

CORREIO DO SUL. Patriotismo e determinação do governo e do povo gaúcho esmagarão as pretensões dos inimigos do Brasil. 31 ago. 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

CORREIO DO SUL. Correio do Sul e os acontecimentos que estão se desenrolando no momento. 1 set. 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

CORREIO DO SUL. A Voz do Brasil irradia infames calúnias. 3 set. 1961. Bagé: Editora Jornalística Correio do Sul, 1961.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. Quando a ordem é segurança e o progresso desenvolvimento: o Estado Civil Militar brasileiro. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

E SILVA, Marcelo Pimenta. Jornalista Flávio Tavares e as memórias da Legalidade. **Blog do Pimenta**. Bagé, 22 mar. 2012. Disponível em:

<http://blogdejornalismo.blogspot.com/2012/03/jornalista-flavio-tavares-e-as-memorias.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

E SILVA, Marcelo Pimenta; BRIGNOL, Rafael. O jornal Correio do Sul e o presidente Médici: a criação do herói pelas páginas do jornal bageense no ano de 1969. **Revista Comunicação & Política**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, 2012.

FONTOURA, Antônio. **Teoria da História**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

JAKOBY, Marcos André. A Campanha da Legalidade de 1961 e o papel da resistência democrática. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Anpuh, 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade: luta de classes e golpe de estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90: Revista do Programa de Pós- Graduação em História**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

TAUFER, Paulo Roberto. **Partido Libertador: formação e atuação política**. 2008. 215 f. Dissertação Mestrado em História – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do mundo contemporâneo: Da Pax britânica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.